

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e seus Mitos: repetindo, rompendo e recomeçando

Alexandra Valeria Vicente da Silva

Doutora em Psicologia pela UFRJ, psicóloga da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O artigo aborda, a partir de uma proposta de articulação teórica da teoria das representações sociais e dos mitos contemporâneos, os possíveis mitos existentes na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, os quais podem vir a dificultar a implementação de novas políticas de segurança, favorecendo, assim, o fracasso destas. Ao final das análises inferiu-se que os mitos já estão presentes nos saberes que estruturam, fundamentam e orientam as práticas profissionais dos policiais.

Palavras-Chave

Polícia Militar, psicologia social, representação social, mitos, segurança pública

Introdução

O título do presente artigo indica o caminho percorrido para a realização da pesquisa empírica que lhe deu origem: entender como políticas de segurança pública que, teoricamente se apresentam como boas estratégias de ação, parecem, depois de certo período, repetir o fracasso de suas antecessoras. Assim, “repetir, romper e recomeçar” é uma tentativa de se identificar e analisar aspectos presentes na instituição policial militar que podem favorecer a inoperância de proposições que pretendam alçar as práticas policiais militares a um paradigma de segurança pública comprometido com os Direitos Humanos.

O “repetir” expressa uma constante que é o problema que este estudo pretende abordar, isto é, a recorrência de situações na corporação policial militar que favorecem uma paralisação, um “andar em círculos” nas propostas de melhorias das ações policiais, traduzidas em serviços prestados à população. De modo geral, essa possível dificuldade/impossibilidade de romper com práticas e atitudes estéreis acaba por favorecer o fracasso de políticas públicas de segurança notadamente bem estruturadas e comprometidas com a promoção da cidadania e dos Direitos Humanos.

Em seguida, “romper” acena para o desejo de alcançar um instrumental que permita oferecer mais um olhar à leitura das dificuldades encontradas na corporação, agregando, deste modo, novas ferramentas ao trabalho de aperfeiçoamento da Polícia Militar. Para isso, procurou-se uma articulação entre a psicologia social e a semiologia (linguística).

Este estudo foi estruturado com auxílio da teoria das representações sociais, através da vertente da psicologia societal, e dos mitos contemporâneos. Contribuem, assim, autores como Moscovici (1961, 2004); Barthes (2004, 2007); Doise (1984, 2002); Soares (2000); Cano; Sento-Sé (2006); Monjardet (2002); Rodrigues; Santos (2011) e Möller (1996), que versam não apenas a respeito da polícia e dos conhecimentos que a margeiam, mas ainda, contribuem para a compreensão do indivíduo (neste caso, o policial) e da sociedade, e igualmente, neste em sua prática profissional – e, por que não, desse indivíduo (policial) com suas próprias escolhas sociais, isto é, com o seu modo de querer (precisar) estar no mundo.

É importante entender que, para Barthes (2007), o mito possui a capacidade de naturalizar ações, práticas e ideias, fazendo com que sejam percebidas como “normais”, “naturalmente” esperadas (e produzidas). Já a psicologia societal (DOISE, 2002) procura articular explicações no nível do indivíduo junto àquelas de ordem social, indicando os processos de que este dispõe para funcionar em sociedade e, “de uma maneira complementar, como as dinâmicas sociais, particularmente interacionistas, posicionais, ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos” (DOISE, 2002, p. 27).

O “recomeçar” proposto pelo estudo advém da possibilidade de, após se avaliar a hipótese de que alguns dos conteúdos que formam as representações acerca da PMERJ já terem sido capturados pela linguagem mítica, propor estratégias que favoreçam reflexões para que estes sejam “revelados” e, portanto, superados, o que auxiliaria a ultrapassar as recorrentes difi-

culdades que impedem que boas práticas profissionais se estabeleçam na instituição policial militar.

Repetindo...

Quartel General da Polícia Militar do Rio de Janeiro, ano 2009¹. A equipe de psicólogos da corporação é convocada para reunião. Há uma grande preocupação com os policiais que, em serviço, vivenciam situações de grande impacto emocional, principalmente quando ocorrem baixas durante as operações. Mostra-se necessário atender prontamente à guarnição atingida. Para isso cria-se uma escala para rápida atuação do psicólogo, bastando que o comandante da área em questão (em conflito) o convoque. O psicólogo deverá atender (em qualquer lugar e horário) os profissionais vitimados. Contudo, os policiais não poderão ser dispensados das atividades laborais pelo psicólogo, pois “como sabemos, se conseguem uma folga, vão direto para o bico, gostam de enrolar” (!).

Durante atendimento clínico, um policial, praça, fala da sua “certeza” de que, se fosse “oficial”, seria muito melhor atendido em uma das unidades de saúde da corporação. Logo a seguir, em outro atendimento, um oficial se queixa do fato de não ter sido bem avaliado por uma equipe médica.

Em uma aula com um grupo de jovens oficiais surge um pequeno debate a respeito dos possíveis problemas (emocionais, orgânicos, econômicos, familiares e sociais) que podem ocorrer com o policial após anos de serviço, e como estes poderiam ser evitados ou amenizados. Os policiais reconhecem as dificuldades, mas grande parte entende que “nada acontece porque a instituição não quer mudar, isso não a interessa” (!).

As três situações mencionadas não constituem nenhuma novidade para qualquer pessoa que se interesse pelo estudo, em qualquer nível, da instituição policial militar, ou mesmo para aqueles que convivem com algum policial. Mas por que falar sobre isso? Inicialmente, é bom que se esclareça que aqui não se pretende “reclamar” dos oficiais ou dos praças. Igualmente, não se quer criticar a área de saúde da corporação. Contudo, as circunstâncias narradas servem para exemplificar algumas das variadas atitudes e conjunturas experimentadas, e repetidas na corporação há tempos. Acredita-se que a repetição dessas situações deva-se ao fato de que os conteúdos que sustentam o saber a respeito da Polícia Militar tenham sido naturalizados. Confundidos com a própria instituição, passam a ditar “normalidades”, normas, “certezas” e regulamentos.

Novos projetos políticos, novas possibilidades de gestão, novas práticas... Seriam a falta de “vontade” e de “comprometimento” político, bem como a desqualificação dos operadores de segurança (desvio de conduta) os únicos aspectos que impossibilitam (dificultam) a mudança de paradigmas na segurança pública e, consequentemente, na Polícia Militar?

O ano de 2009 apresentou um importante marco para a segurança pública, com a realização da primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG). Convocada pelo Decreto de 08 de dezembro de 2008, previa a realização de várias etapas nos municípios e estados brasileiros, com participantes da sociedade civil, trabalhadores da segurança

1

O texto possui falas obtidas durante a experiência de trabalho de campo da autora, além de descrições de situações vivenciadas por ela em sua pesquisa [N. da E.]

pública e gestores. Seu objetivo, exposto no art. 2º, era promover “a formulação de princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública”. A ideia era que uma multiplicidade de olhares pudesse avaliar o que tem sido realizado e o que é necessário ainda fazer para que a segurança pública no país avance rumo à diminuição da violência nas suas variadas nuances. Em complemento, procurou-se estabelecer um maior comprometimento dos trabalhadores dessa área com uma política de segurança que buscasse favorecer o fortalecimento da cidadania, ao mesmo tempo que esses profissionais passassem a ser percebidos (e passam a se perceber!) com dignidade e valorização, tanto por parte da sociedade como das instituições responsáveis pela segurança pública.

O início desse processo pode ser assinalado no ano de 2002, quando o Governo Federal lançou o Projeto Segurança Pública para o Brasil (BIS-CAIA, 2001). Na ocasião, procurou-se, principalmente, a diminuição da violência manifesta na criminalidade. Para tanto, variados aspectos correlacionados direta e indiretamente com os órgãos responsáveis pela segurança pública e privada foram submetidos a uma análise diagnóstica. Além disso, pretendia-se alcançar perspectivas de superação de alguns modos de violência. Por fim, apontou-se para propostas amplas e integradoras das políticas e órgãos de segurança pública.

Em março de 2007, porém, com o programa que viria a ser considerado uma possibilidade de mudança de paradigma na segurança pública, novas propostas começaram a ser implantadas e discutidas. Tratou-se do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI²). Silva (2009) afirma que sua origem se deu quando o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, propôs a criação de um grupo de trabalho com integrantes de várias áreas (policiais, psicólogos, assistentes sociais, educadores e juristas), para que fosse formulado o novo Programa de Segurança Pública. Esse momento expôs significativos avanços nas políticas públicas de segurança, sendo que é possível considerar o reconhecimento da importância em se tratar a segurança pública e seus temas afins por uma perspectiva multidisciplinar como um dos mais significativos.

O novo momento também contrastou com aquele vivenciado com o fim da ditadura militar que, com as inúmeras reformas propostas a variados setores da sociedade, organizações governamentais ou não, deixou a segurança pública (e suas polícias) esquecida, lembrada apenas como um ranço “necessário” do período autoritário. Sendo assim, mesmo que com atraso, algumas políticas de segurança pública que ora se desenham no universo de algumas instituições e que se manifestam em variados programas, indo desde os profissionais a múltiplos segmentos sociais, parecem sugerir uma preocupação com a mudança de paradigmas na área. Ao menos, já sinalizam para a importância das políticas de segurança para o desenvolvimento econômico e social do país.

Esses esforços iniciais, por essa própria característica e, além disso, por possibilitarem a reestruturação de áreas e situações “estabelecidas”, muitas vezes já normatizadas e instituídas, principalmente nos órgãos de segurança pública, encontram (e ao que parece, ainda será por muito tempo!) resistências distintas, interesseiras, partidárias e corporativas, que vão desde as

²

*Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007;
Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008.*

mais explícitas até as mais dissimuladas por parte de alguns segmentos ou de indivíduos isolados – resistências que, em alguns casos, apresentam-se como “fruto da ignorância” dos que, pretendendo resolver de modo efetivo “todos os problemas”, acabam por se “enrolar em suas próprias pernas”, causando mais malefícios do que benefícios.

Diversos autores já pesquisaram os vários aspectos que podem impossibilitar a efetivação e manutenção de mudanças na segurança pública (MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 2007; ROLIM, 2007; SOARES, 2006, 2002; MUSUMECI, 2006; SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005; BENGOCHEA; GUIMARÃES; GOMES; ABREU, 2004; SENTOSÉ, 2003; BITTNER, 2003; ZALUAR, 2002; CARDIA, 1997; CERQUEIRA, 1989). As questões levantadas indicam que as dificuldades se originam em variados âmbitos, que vão desde a “subcultura” policial, isto é, modelos de se “fazer polícia” e de “ser policial”, difundidos informalmente entre os agentes de segurança, até a própria sociedade, que ainda parece exigir e compreender a “vingança”, o encarceramento e as ações repressivas como modelos únicos e de maior eficácia contra a criminalidade. Enfim, surgem também os fatores políticos, de governo, que na ânsia por resultados (níveis), se perdem em meio a “gestores políticos”, a propostas “mais populares” (normalmente pontuais e superficiais), sem perspectivas de futuro ou de continuidade, sem comprometimento com programas de médio e longo prazos que poderiam garantir a efetividade de ações, muitas vezes, de emergência, e mesmo daquelas outras que, “planejadas”, sustentam-se apenas com a presença das forças policiais.

Ciente das imensas dificuldades que permeiam as possibilidades de implantação de novas propostas de se fazer e pensar a segurança pública, e consequentemente a Polícia Militar, é importante esclarecer mais uma vez que este estudo não ambiciona “propagar a ineficiência” dos projetos ou propostas existentes. Porém, parece plausível buscar alcançar a complexidade dos fenômenos que envolvem a Polícia Militar. Por isso a necessidade de se iniciar uma reflexão (estudo) acerca dos conteúdos do saber que parecem perpetuar-se, impedindo mudanças na instituição.

A própria “evolução” histórica da instituição é rica em fatos que, na tentativa de uma reestruturação, alteram nomenclaturas e modificam as características pessoais/sociais necessárias para o ingresso na corporação, bem como as responsabilidades hierárquicas (HOLLOWAY, 1997) às quais devem ser submetidos os policiais. Contudo, as dificuldades permanecem, insistem e continuam gerando problemas.

Neste ponto, o estudo passa a entender que a possibilidade para se alcançar os conteúdos que sustentam o saber da instituição policial militar e que impedem modificações, subtraindo a história e naturalizando as ações, atitudes e regulamentos, passa necessariamente pelo estudo do indivíduo na (e com a) sociedade, na (e com a) corporação e do indivíduo como uma singularidade que é capaz de escolher. Ou seja, as dificuldades observadas sugeriram que as análises a serem feitas pelo presente trabalho deveriam necessariamente ser iniciadas partindo-se do indivíduo nas suas relações com o mundo, e da verificação de como “esse mundo” o “toma” (invade e atravessa), produzindo subjetividades. As relações que o policial pode

estabelecer com o conteúdo propagado e transmitido por sua corporação dependem tanto do modo como a instituição (e as políticas de segurança pública) determina que isso seja feito como, ainda, do “local” (institucional, social e individual) que o policial ocupa. A esse respeito, a tese de doutorado de Bicalho (2005) sobre a abordagem policial e os direitos humanos, esclareceu muito bem que a existências de leis e de práticas obrigatórias para o “ensino” dos Direitos Humanos aos policiais militares de fato não garante que as ações policiais sejam norteadas por tais princípios. Tanto os Direitos Humanos quanto a abordagem policial “estão comprometidos com questões advindas do campo da produção de subjetividade, não apenas de ordem legal” (BICALHO, 2005, p. 6). Ou seja, o conhecer e o saber não garantem de modo algum a implementação e efetivação de novas propostas/projetos para a segurança pública. Existe um “espaço” a ser preenchido pelo indivíduo, pelo policial, e que fará a “diferença”, isto é, indicará o seu nível de comprometimento com as novas mudanças.

Pensando-se os conteúdos que fazem parte do saber existente ao redor da PMERJ é possível encontrar uma grande quantidade de “conhecimentos” que orientam atitudes e comportamentos a respeito da instituição, do trabalho policial e do homem/mulher policial.

Para o presente estudo foi necessário escolher, dentre as várias áreas de saber que compõem a segurança pública, e consequentemente, a Polícia Militar, aquelas que cotidianamente norteiam as práticas do policial. Assim, elegeu-se: a própria Polícia Militar, a justiça, o crime e o criminoso, visto que são constructos presentes nas principais ações desenvolvidas pela instituição.

Rompendo...

Como mencionado, o estudo buscou uma interface entre a psicologia social, através da teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1961, 2004), e os mitos contemporâneos (BARTHES, 2004, 2007), procurando identificar e avaliar a possibilidade de que alguns dos conteúdos que sustentam os saberes acerca da Polícia Militar tenham sido capturados pela linguagem mítica.

A pesquisa foi realizada com 215 policiais militares, praças e oficiais, homens e mulheres, em serviço ativo na cidade do Rio de Janeiro. Estes, após concordarem em participar do estudo, foram convidados a preencher um questionário contendo duas evocações livres, nove questões fechadas ou abertas relativas aos aspectos sociodemográficos e três questões fechadas, com cinco alternativas de respostas, que tinham como objetivo identificar as representações dos policiais militares a respeito de temas que compõem a área de saber da segurança pública. São elas: Polícia Militar; representações de comportamentos ilícitos e/ou atitudes desfavoráveis às relações interpessoais (crime); representações dos acerca de possíveis aspectos que podem favorecer o surgimento de comportamentos ilícitos e/ou atitudes desfavoráveis aos relacionamentos interpessoais (criminoso).

Discussão dos resultados

Esta parte do estudo buscou avaliar os resultados levantados na inter-relação dos referenciais teóricos escolhidos para orientar as análises, ou seja, a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1961, 2004; DOISE, 1982, 1984, 2002), os mitos contemporâneos (BARTHES, 2004, 2007).

O estudo não se preocupou com o conceito de “centralidade” do núcleo central das representações sociais, mas sim com os contextos de subjetividade nas representações sociais, por isso, a opção de abordar esta última na perspectiva da psicologia societal, proposta por Doise (2002).

A preocupação inicial da pesquisa era descobrir se as representações sociais, construídas a partir dos conhecimentos (conceitos/categorias) que sustentam (orientam) algumas das ações profissionais dos policiais militares – isto é, a compreensão a respeito da própria PMERJ, da justiça, de comportamentos ilícitos/ atitudes desfavoráveis às relações interpessoais (crime) e dos aspectos que podem favorecer o surgimento de comportamentos ilícitos/ atitudes desfavoráveis aos relacionamentos interpessoais (criminoso) – poderiam ter sido capturadas pela linguagem mítica. Tal fato sendo constatado mostraria que a instituição, bem como tudo que a envolve, em termos de saberes e práticas, permaneceria paralisados e refratários a quaisquer possibilidades de mudança.

A representação social na perspectiva postulada por Doise (2002) solicita que os dados obtidos sejam avaliados de modo a se articular os processos que os indivíduos utilizam para atuarem na sociedade, com as dinâmicas sociais que orientam o funcionamento desses mesmos processos. Assim, as representações sociais levantadas no presente estudo permitiram conhecer as estratégias de operação dos policiais no contexto institucional/ social. Do mesmo modo, possibilitaram inferir quais os mecanismos utilizados pelo (no) ambiente institucional/social para nortear o funcionamento dessas estratégias de atuação na sociedade.

Os resultados da pesquisa sugerem que a linguagem mítica é, então, o processo psicossocial que envolve a instituição policial militar e os saberes que a sustentam. Como decorrência, suscita “novo” (em realidade, repetido!) modo de atuação. O exame das representações e dos seus conteúdos, quando avaliados face aos dados sociodemográficos (possibilidade de relocalizar os indivíduos em grupos menores que integram a instituição), indica uma consistente uniformização de valores, crenças, percepções, práticas e saberes entre os policiais militares.

As representações que falam sobre a PMERJ deixaram transparecer quatro figuras de retórica (BARTHES, 2007): “a vacina”, “a omissão da história”, “a tautologia” e a “constatação”. Todas, entrelaçadas, procuravam afirmar e explicar o universo policial. Tentavam “justificar” as “pequenas falhas” da instituição (e dos seus operadores) – “a instituição é incomprendida”, e em prol de um benefício maior para toda a sociedade (a vacina) “precisa resolver todos os problemas”.

Também foi possível perceber a inexistência de referências históricas que situem o policial quanto às práticas que exerce. Assim, suas ações são representadas como “guerra”, “poder”, “patriotismo”, “autoridade”, “hie-

rarquia” e “força”. Aqui, constatam-se figuras de retórica agindo em dois níveis. No primeiro, a “omissão da história”: quando o policial não sabe (nunca soube) a origem das suas práticas profissionais (abordagem, ostensividade, repressão, pacificação...). No segundo nível, tem-se a reprodução de ações que devem seguir um modo determinado de serem feitas, simplesmente porque assim é! A “tautologia”, revestida com sua autoridade (e autoritarismo), não permite questionamentos: “Missão dada é missão cumprida!” Contudo, se existirem possibilidades de questionamentos, estes serão prontamente defrontados com uma “constatação”. Essa outra figura de retórica, ao contrário da tautologia, ainda “procura” uma justificativa “plausível” (fechada e absoluta) para oferecer. Muitas vezes, ainda recorre-se a números (figura de retórica – “a quantificação da qualidade”) para que as “verdades” sejam “comprovadas”.

A “constatação” foi uma das figuras de retórica mais prontamente utilizadas pelos participantes quando chamados a se posicionarem a respeito das possíveis situações e contextos favorecedores de comportamentos delituosos (crime ou desvio). Significativo número de policiais atribuiu a fatores pessoais e individuais a origem de tais problemas. Apenas os que declararam possuir maior nível de escolaridade e de média salarial citaram aspectos oriundos do campo social: “falta de oportunidade”.

A “tautologia” e a “constatação” também se mostraram significativas na linguagem dos policiais convocados a opinar a respeito do nível de gravidade de variados comportamentos/atitudes (ato criminoso). As respostas sugerem uma certa compreensão “naturalizada” de todos os atos/comportamentos apresentados, isto é, o policial parece aguardar “normalmente” que as pessoas “sofram” ou “provoquem” essas ações. A explicação para tal crença parece fundamentar-se no fato de que, para significativo número de policiais, os fatores pessoais/individuais são os principais responsáveis para que uma pessoa cometa algum crime/desvio. Assim, ser “mocinho” ou “bandido” dependeria de escolhas pessoais, bem como do núcleo familiar (que teria a capacidade de influenciar).

A pesquisa ainda verificou que, entre os policiais mais jovens, a linguagem mítica também está presente, o que sugere que a mesma não está circunscrita ao território daqueles que integram a corporação. Ou seja, os mitos atravessaram os “muros dos quartéis” e interferiram na construção das representações sociais (acerca da polícia, do crime, do criminoso e da justiça) de outros grupos. Os membros desses “outros” grupos poderão vir a integrar os quadros da corporação, ou passarão a pautar (orientar) seus comportamentos no meio social, tendo como referência essas representações construídas e compartilhadas socialmente (JODELET, 2001). No primeiro caso, ver-se-ia a transmissão e manutenção dos mitos, sem se entender como policiais que acabaram de ingressar na instituição já apresentam “tantos” comportamentos inapropriados – desvio de conduta – pelo pouco tempo que estão na corporação. No segundo evento, a representação atuaria de modo a antecipar comportamentos, ações e, consequentemente, levaria os indivíduos a construir padrões cognitivos de interação com forte potencial discriminatório. Como resultado, ter-se-ia um maior afastamento entre a instituição policial e a sociedade.

Considerações Finais

As representações sociais e os mitos contemporâneos são duas formas de linguagem, e ambas participam da construção do mundo. Permitindo certa redundância, é possível estender tal afirmação para o universo da instituição policial militar do Rio de Janeiro. Assim, os mitos não apenas atravessam constantemente a corporação, mas também aí já se estabeleceram, capturando seus saberes e suas práticas. A instituição é um mito!

A PMERJ é um mito? Utilizando as figuras de retórica oferecidas por Barthes (2007) para análise da linguagem e consequente reconhecimento dos mitos, foi possível perceber que algumas dessas figuras já estão estabelecidas na corporação, tendo alterado o significante (sentido) das representações. Logo, há “natureza”, em que a história foi afastada e deformada, e “normalidade”: “não existem” razões para se questionar.

Assim, estratificada desde a sua criação, a polícia requer (e necessita), para alcançar o status de promotora dos Direitos Humanos, e de “primeira” defesa da cidadania, que seus mitos sejam revelados, libertando-a da alienação que tenta esconder o “real” (a origem da sua existência – a necessidade de controlar, de vigiar e punir), transformando-a em essência “purificadora”, fazendo com que dela seja afastada toda história e memória. Para isso é preciso se expor, se conhecer e se fazer reconhecer, mostrar o que habita o seu sentido (significação), falar às suas dificuldades, aos seus saberes, e não acerca deles! Deste modo, a corporação tomará para si a capacidade de intervir sobre suas mudanças, uma vez que ela passará a conhecer aquilo do que fala e atua.

No final do filme “Tropa de Elite II” (2010), o personagem principal, “Cel. Nascimento”, faz uma significativa afirmação: “A Polícia Militar tem que acabar!” Essa expressão vem ao encontro do que essa pesquisa pretende. Não se aspira a “explodir” a corporação ou pregar sua dissolução. Contudo, é necessário promover urgentemente em seu interior estratégias que favoreçam reflexões que confrontem as práticas profissionais que vêm sendo realizadas ao longo de mais de duzentos anos, como aquelas que, na atualidade, se deseja trabalhar na corporação. Mas isso não pode e não deve ocorrer apenas entre aqueles que estão na ponta da cadeia de comando. São discussões que requerem a presença de toda hierarquia policial, bem como daqueles setores políticos/técnicos responsáveis por seu ordenamento e pela implementação das políticas públicas de segurança. É importante esclarecer o que a PMERJ não quer, que lugar ela não pode ocupar e o que ela não deve continuar realizando. Assim, será possível olhar para frente, ver o que a PMERJ pode e deve fazer para a construção de um Estado Democrático de Direito.

A instituição encontra-se em um momento delicado, no qual a sociedade requer (e necessita de) um modelo de policiamento comprometido com os Direitos Humanos e com a promoção da cidadania. Deste modo, sem que se perca a realidade da ocasião, que ainda demanda fortes ações de enfrentamento (combate), que estas possam ser executadas tendo como referência uma prática policial comprometida com a vida e com o respeito, pois é significativo que se diferencie os policiais militares daqueles outros

que, no momento, ainda se comprazem em comportamentos danosos/violentos.

Sim, a PMERJ tem que acabar! É necessário investir em uma nova produção de subjetividade que oriente os saberes que sustentam a instituição. Do mesmo modo, é imprescindível que a imagem que a própria instituição policial militar e o Estado parecem conferir aos profissionais dessa área seja implodida! Isso simplesmente por não ser possível iniciar algo novo partindo de policiais “carregados” de discriminação, estigmatizados, desacreditados, sem expectativas profissionais e com modos de agir amplamente “naturalizados” pelas ações que desempenham e são realizadas, até o momento, pela corporação. Para tanto, é importante que, primeiro, sejam afastados (excluídos) aqueles indivíduos não comprometidos, que usam a corporação como “base” para ações criminosas, sem nenhuma preocupação com o “fazer” policial, bem como com a sociedade. Para que isso possa ser efetivado, é preciso haver uma Corregedoria e uma Ouvidoria qualificadas, “com voz” para “falar” e tendo o compromisso de serem ouvidas.

Por fim, é necessário valorizar o policial e o seu trabalho. Se ações econômicas como melhorias salariais ocupam lugar de destaque, o respeito profissional pode ser materializado, ainda, através de uma melhor qualificação/ preparo técnico, melhoria de equipamentos e na capacidade da instituição em estabelecer relacionamentos interpessoais mais positivos.

Sim, a PMERJ com a qual nos defrontamos na atualidade precisa acabar! Ela merece renascer, estar próxima da sociedade e desempenhar um papel mais nobre, para que consiga “cobrir” com dignidade e honra aqueles que, em sua infância, sonharam em ser policiais.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

BARTHES, Roland. **O Rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto. A Transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva, São Paulo**, vol.18, nº 1, 2004. p. 119-131

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Subjetividade e abordagem policial**: Por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BISCAIA, Antônio Carlos et al. **Projeto de Segurança Pública para o Brasil**. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Djalma Guimarães, 2003.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: EdUSP, 2003.

CANO, Ignacio; SENTO-SÉ, João Trajano; RIBEIRO, Eduardo. Mapeamento da criminalidade na área metropolitana do Rio de Janeiro. **Uma análise das condições socioeconómicas da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iets, 2006.

CARDIA, Nancy. O Medo da polícia e as graves violações dos Direitos Humanos. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, vol. 9, nº 1, 1997.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Psicologia da Corrupção**. [Rio de Janeiro: ESPM] Monografia ([Graduação]) – Curso Superior de Polícia Militar, [Escola Superior de Polícia Militar], [Rio de Janeiro], 1989.

DOISE, Willem. **A Articulação psicossociológica e as relações entre grupos**. Lisboa: Moraes Editora, 1984.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, vol. 18, nº 1, 2002. p. 27-35.

DOISE, Willem. **L'Explication en psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaire de France, 1982.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MÖLLER, Renato Cesar. A Representação social do fenômeno participativo em organizações públicas do Rio de Janeiro. **Política e Administração**, v.3, nº1, 1996. p. 43-51

MONJARDET, Dominique. **O Que faz a polícia**. São Paulo: EdUSP, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image e son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Muita politicagem, pouca política, os problemas da polícia são. **Estudos Avançados**, vol. 21, nº 61, 2007. p. 159-172

MUSUMECI, Leonarda. Segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, nº 34, 2006.

RODRIGUES, Robson; SANTOS, Rafael. As Unidades de Polícia Pacificadora: Tradição, transformação e moderna gestão de segurança pública. In: LEAL, Ana Beatriz; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; ZAMPA, Vivian (Orgs.). **Perspectivas da Administração em Segurança Pública no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2011.

ROLIM, Marcos. Caminhos para inovação em segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, ed. 1, 2007.

SENTOSÉ, João Trajano. A Metáfora da Guerra. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 12 abr. 2003. p.7

SILVA, Ronaldo Teixeira. Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI). In: OLIVEIRA, Fátima Bayma; ZOUAIN, Déborah Moraes; RUEDIGER, Marco Aurélio; RICCIO, Vicente. (Orgs.). **Desafios da Gestão Pública de Segurança**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública: Alguns exemplos recentes. **Site Jus Navigandi**. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4096/novas-politicas-de-seguranca-publica-alguns-exemplos-recentes>>. Acessado em: 20/03/2013.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ZALUAR, Alba. Oito temas para debate violência e segurança pública. **Sociologia, problemas e práticas**, Rio de Janeiro, nº38, 2002. p. 19-24